

AVALIAÇÃO DE CURSO NA PERSPECTIVA DOS DISCENTES: UM ESTUDO DE CASO NOS CURSOS DE ENGENHARIA QUÍMICA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

FRANCYNE MARTINS ESPÍNDOLA

Universidade Federal de Santa Catarina

francyne.me@ufsc.br

LOURDES ALVES

Universidade Federal de Santa Catarina

loual@lourdesalves.com.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a percepção dos alunos dos cursos de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos - EQA da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC acerca do processo de avaliação de curso, inserido no processo de auto avaliação institucional desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação - CPA. Para tanto, foi realizado um Estudo de Caso. A pesquisa foi realizada com os alunos regularmente matriculados no EQA, dos 491 alunos matriculados regularmente, 77 responderam à pesquisa, sendo 50 do curso de Engenharia Química e 27 do curso de Engenharia de Alimentos. Foi utilizado para isso a análise de dados primários resultantes da aplicação de questionário *online* e dados secundários dos relatórios de autoavaliação institucional relatados pela CPA, relatórios da avaliação feita pelo Centro Acadêmico, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Foi feita uma análise dos resultados da autoavaliação, especificamente dos resultados da avaliação realizada pelos discentes, referentes ao desempenho docente nas disciplinas por eles ministradas. Após análise concluiu-se que os discentes, na sua maioria, desconhecem ou não participam do processo de autoavaliação da UFSC. Dentre os que conhecem, a maioria não sabe para que serve e quais os impactos para a instituição ou para seu curso.

Palavras chave: avaliação docente, autoavaliação, avaliação docente pelo discente.

1. INTRODUÇÃO

Conforme a universidade brasileira foi ganhando espaço e reconhecimento na sociedade, aumentaram as demandas e anseios dessa sociedade em relação à universidade e, por consequência, aumentou também a cobrança por resultados.

Sob essa perspectiva, a avaliação de desempenho vem sendo utilizada como um instrumento de melhoria da qualificação institucional e, principalmente, como uma forma de responder às exigências da sociedade, que busca saber sobre o uso dos recursos destinados às universidades e a respeito do desempenho da instituição nas ações por ela desenvolvidas. Esta é uma das formas da sociedade saber se as universidades estão ou não desempenhando as funções para quais foram criadas. (VENTURINI, 2010).

No Brasil foram implementados diversos programas de avaliação de desempenho de universidades e seus cursos, que resultaram no lançamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES em 2004.

O SINAES, instituído pela Lei 10.861/2004, regulamentou os processos avaliativos nas Instituições de Educação Superior – IES. Desde então, todas as IES brasileiras devem passar por processos de avaliação externa e interna (autoavaliação) para analisar o seu desempenho, repensar os seus processos, conduzir a tomada de decisão e direcionar ou redirecionar o rumo da instituição.

O SINAES apresenta as dimensões norteadoras para este processo avaliativo que englobam: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da instituição; as políticas de ensino, pesquisa e extensão; a responsabilidade social da instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal, que abrangem as carreiras dos docentes e dos técnico-administrativos, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho; organização e gestão da instituição; infraestrutura física; planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional; políticas de atendimento aos estudantes e sustentabilidade financeira. (BRASIL, 2004).

O SINAES possui diretrizes para o processo de avaliação como a autoavaliação, a avaliação externa, o ENADE, a Avaliação dos cursos de graduação e, também contempla a utilização dos instrumentos de informação como o censo e o cadastro, para formar o conjunto de elementos da avaliação do desempenho institucional. (INEP, 2019).

Especificamente, os processos de autoavaliação, objeto de estudo deste trabalho, são conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, e devem estar em consonância com o PDI da IES avaliada. A autoavaliação, ou avaliação interna, deve ser entendida como um processo de autoconhecimento que busca analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas e que apesar de conduzido pela CPA, deve envolver todos os atores que atuam na instituição. (INEP, 2014).

Dentre as diversas atividades desenvolvidas na universidade, segundo Moraes, Almeida e Montenegro (2006), na graduação o ensino é a que recebe maior visibilidade social. De acordo com Silveira e Rocha (2016), à medida que o estudante vai à universidade para aprender algo, como uma ciência ou uma profissão, a sociedade passa a exigir egressos competentes nas diferentes áreas de atuação. Sob essa perspectiva, não há como dissociar a figura do professor da atividade de ensino. Seja ele entendido como mediador, facilitador, apresentador de significados ou de novas ideias, a responsabilidade pelo ensino em cada disciplina do currículo recai, em grande parte, sobre o professor. (SILVEIRA E ROCHA, 2016).

O sucesso da atividade docente reflete a qualidade das condições de ensino/aprendizagem e a qualidade da interação com os alunos, principalmente quando se atende à dificuldade, à carga de trabalho e ao interesse dos alunos pelas matérias trabalhadas. (MORAIS, ALMEIDA E MONTENEGRO, 2006).

Sabendo que a formação é a razão de existir da universidade e que o docente é peça fundamental para garantir que o processo de formação obtenha êxito, e considerando as diretrizes instituídas pelo SINAES, este trabalho trata da avaliação de curso (autoavaliação institucional) na perspectiva dos discentes, com foco na avaliação do desempenho do docente na condução dos processos de ensino, tendo por objetivo identificar como os alunos dos cursos de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC percebem o processo de Avaliação de Cursos desenvolvido pela CPA-UFSC.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 SINAES

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES foi criado em 2004 com o objetivo de “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes” (BRASIL, 2004).

A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES é quem coordena o SINAES e, conseqüentemente, os processos que ele engloba: avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Esse processo de coordenação é baseado na responsabilidade social, na qualidade da educação superior, no reconhecimento da diversidade do sistema, no respeito à identidade, e na missão educacional histórica das instituições. (PAIXÃO, DE ALMEIDA, 2016).

A avaliação do ensino superior no Brasil está fundamentada no tripé formado pelas avaliações institucionais, de cursos e de estudantes, e segundo o Roteiro de Autoavaliação Institucional (CONAES, 2004), a avaliação das IESs tem caráter formativo e visa o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo.

A avaliação dos cursos é realizada levando em conta as dimensões: Organização didático-pedagógica; perfil do corpo docente e instalações físicas. Já a avaliação dos estudantes é feita com o Exame Nacional de Desempenho do Estudante – ENADE onde são avaliados os concluintes dos cursos de graduação, levando em conta os conteúdos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais de cada área avaliada.

Conforme consta em seu Artigo Art. 1º, § 1º, o SINAES tem por finalidades:

a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004).

O SINAES estabelece as diretrizes para a avaliação externa, conduzidas pelos órgãos de regulação da educação e a avaliação interna (autoavaliação) desenvolvida por meio das Comissões Próprias de Avaliação – CPAs. Conforme consta no Art. 2º da lei Nº 10.861 de 2004, o SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deve assegurar:

I - Avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades,

finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;
II - O caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
III - O respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;
IV - A participação do corpo discente, docente e técnico administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações. (BRASIL, 2004).

A avaliação institucional é um processo desenvolvido por membros internos e externos da comunidade acadêmica, onde o objetivo é promover a qualidade do desempenho acadêmico das instituições em todos os seus níveis, de acordo com sua missão.

A avaliação interna, ou autoavaliação, é um processo pelo qual um curso ou instituição faz uma análise interna do que é e o que almeja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e se comporta. Durante esse processo a IES precisa sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las buscando identificar suas qualidades, seus pontos a melhorar, práticas que obtiveram êxito e, também, as que não deram certo e precisam ser evitadas futuramente. (CONAES, 2004)

Este processo avaliativo interno tem dois objetivos centrais, respeitadas as diferentes missões institucionais:

- 1) avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional;
- 2) privilegiar o conceito da autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização (CONAES, 2004).

No Brasil, o SINAES determina a necessidade da autoavaliação dos cursos de graduação, porém não define os critérios, com o objetivo de que os próprios cursos possam definir suas prioridades e produzir as informações necessárias para a melhoria do ensino. (SILVEIRA; ROCHA, 2016).

Dentro deste sistema fica implícita a avaliação do ensino, pois como afirmado anteriormente, não há a proposição de um modelo, nem critérios definidos sobre como deve ser realizada a autoavaliação, garantindo aos cursos a autonomia sobre este processo.

Durante o processo de avaliação dos cursos superiores, conduzidas pelas comissões de avaliação designadas pelo MEC/INEP, conforme estabelece o SINAES, é verificada a existência ou não da autoavaliação, se ela foi realizada e se seus resultados foram utilizados para o aperfeiçoamento do curso. As autoavaliações dos cursos, comumente, incluem uma avaliação de cada disciplina para que o ensino possa ser avaliado independentemente. (SILVEIRA; ROCHA, 2016).

Durante o processo de avaliação dos cursos, a nota máxima no indicador gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa (dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica) é alcançada quando

a gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência de processo de autoavaliação periódica do curso. (INEP, 2017).

Assim, ao abordar o tema autoavaliação em IES é importante destacar o papel do docente neste processo, pois seu desempenho impacta diretamente na razão de existir da

universidade: a formação de profissionais cidadãos que possam intervir de forma positiva na sociedade.

2.2 AVALIAÇÃO DO DOCENTE

A avaliação do desempenho docente em Instituições de Ensino Superior (IES), de forma similar à avaliação do desempenho de qualquer outro profissional de diversos campos de atuação, é de fundamental importância para o desenvolvimento profissional dos docentes e para o crescimento institucional, ajudando a garantir que as expectativas da sociedade possam ser atingidas. (EMBIRUÇU; FONTES E ALMEIDA, 2010).

Segundo Embiruçu; Fontes e Almeida (2010), estes processos de avaliação são importantes para:

- fundamentar a avaliação de estágios probatórios, de regimes de trabalho e de progressões individuais na carreira dos docentes;
- avaliar o desempenho individual de docentes quando estabelecidas políticas de remuneração variável conforme o desempenho;
- avaliar o desempenho de colegiados de graduação e de pós-graduação, a fim de contribuir na avaliação global da qualidade dos cursos oferecidos à sociedade, e de sua eficácia na utilização de recursos;
- avaliar o desempenho de departamentos e Unidades Universitárias (Escolas, Faculdades e Institutos), com vistas à distribuição de recursos humanos, financeiros e materiais de diversas naturezas;
- avaliar o desempenho de IES, a fim de verificar o cumprimento de metas e objetivos de programas de governo e de políticas de estado, além de contribuir também com os mecanismos de distribuição de recursos entre estas instituições.

Pinto e Oliveira (2005) destacam que as IES, os docentes e, principalmente, os alunos são beneficiados com a implementação de um sistema de avaliação de desempenho docente. A participação dos alunos como sujeitos dos currículos e do aprendizado faz com que eles estejam habilitados a avaliar e participar da construção de um novo processo devendo, portanto, ser envolvidos nas ações de mudança que impactem no desempenho da universidade. (BOCLIN, 2004).

A avaliação deve ser, sempre que possível, quantificável e procurar identificar os pontos fortes e pontos fracos do desempenho. É importante ainda, estabelecer metas que sirvam de referência (PINTO; OLIVEIRA, 2005).

Avaliar o ensino, considerando a ampla gama de atividades envolvidas, não é um processo simples. Entretanto, há diversos modelos de avaliação, com vantagens e desvantagens, que podem ser adotados de acordo com o objetivo do curso ou instituição, dentre eles a avaliação pelos alunos é um dos métodos mais utilizados para avaliar os docentes. Segundo Silveira e Rocha (2016) esse processo de avaliação permite que o estudante se comunique com o curso sobre questões relacionadas ao ensino.

2.3 AVALIAÇÃO DOCENTE PELO DISCENTE

Nas IES, a avaliação docente pelos discentes é parte integrante da avaliação interna, desenvolvida pela CPA, que representa um processo de conhecimento, interpretação, atribuição de juízos de valor, organização e definição de ações que impactam no aprimoramento institucional e que deve buscar a melhoria, a democracia durante o processo, a participação de todos os envolvidos, o entendimento global do processo e a continuidade sistemática. (DIAS SOBRINHO, 2003).

A avaliação do docente pelo discente é de grande importância no *feedback* para o profissional e para a IES, na verificação da efetividade da relação ensino-aprendizagem e, também, na adequação da prática pedagógica.

Blocin (2004) ressalta que a avaliação dos docentes pelos discentes, deve inter-relacionar três aspectos:

- a) A participação dos alunos no processo;
- b) A adoção da metodologia de avaliação pelo projeto político-pedagógico do curso; e
- c) A sua utilização como instrumento para elevação da qualidade dos cursos de graduação.

A avaliação do ensino não pode ser dissociada da figura do professor uma vez que ele é fundamental no processo de ensino-aprendizagem. Quando bem planejada, a avaliação docente pode contribuir tanto para o desenvolvimento docente quanto para a qualidade do ensino ministrado dentro das instituições. (SILVEIRA, ROCHA, 2016).

Em relação à qualidade do ensino, Silveira e Rocha (2016) dizem que quando a avaliação é feita por alunos ela pode trazer melhorias para o ensino, pois permite que o professor conheça quais são os pontos fortes e fracos na sua prática pedagógica e pode estimulá-lo a aperfeiçoar a sua atividade. Os autores ainda complementam dizendo que ela pode, inclusive, orientar os docentes iniciantes que não possuem uma formação específica para o ensino.

A avaliação do ensino pelos discentes pode traçar caminhos distintos, um deles é tornar-se uma atividade burocrática em que os resultados são ignorados pelos envolvidos (docentes e discentes), o outro é passar a ser um processo com foco no aperfeiçoamento contínuo do ensino e da docência. (SILVEIRA, ROCHA, 2016).

Para Silveira e Rocha (2016), a definição de objetivos claros para o processo de avaliação é essencial para determinar o caminho que a avaliação percorrerá e os instrumentos que serão utilizados para atingir os objetivos propostos.

Desde a criação da UFSC, em 1960, a autoavaliação era realizada de maneira informal nas diversas instâncias e cursos, resultando em ações isoladas. No ano de 1993, esse processo foi institucionalizado com a efetivação do Projeto de Avaliação Institucional da UFSC (PAIUFSC), que seguia o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). (UFSC, 2018).

O PAIUFSC compreendia seis subprojetos: “Programa de Formação Pedagógica dos Docentes (PFPD)”, “Informações da Instituição”, “Questionário ao Aluno”, “Questionário ao Professor”, “Questionário ao Ex-Aluno” e “Avaliação da Pós-Graduação”.

A partir de 2004, a autoavaliação na UFSC passou a ser realizada de acordo com o Sinaes, que embora tenha como base alguns dos princípios de avaliação do PAIUB, diferencia-se pelo caráter regulatório do processo autoavaliativo e pela definição das dez dimensões institucionais que devem ser foco de análise nos processos avaliativos.

As Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) são responsáveis pelas avaliações internas, que compreende a autoavaliação institucional e, no caso da UFSC, a avaliação de curso. Ambas seguem as orientações do SINAES, e como o próprio sistema orienta, esses processos consideram o perfil individual da instituição.

A CPA da UFSC criou instrumentos de autoavaliação onde a comunidade acadêmica avalia a instituição, seus cursos, estrutura, setores, discentes e docentes. Enquanto a autoavaliação institucional abrange as dez dimensões do SINAES, a avaliação de curso envolve os docentes e as disciplinas por eles ministradas em um semestre. Os dois processos ocorrem semestralmente e concomitantemente quando inicia o período de consulta à comunidade universitária.

A comunidade universitária é convidada (por *e-mail*) a responder os formulários eletrônicos de coleta de dados (*Collecta*), customizados para cada um dos seguintes segmentos:

- Estudantes de graduação, regularmente matriculados em cursos presenciais da UFSC;
- Estudantes de pós-graduação, regularmente matriculados em cursos presenciais da UFSC;
- Docentes, em efetivo exercício na UFSC;
- Servidores técnico-administrativos em educação (TAEs) em efetivo exercício na UFSC; e
- Gestores, grupo constituído por professores e TAEs que ocupam cargo administrativo com função gratificada na UFSC. (UFSC, 2018).

O acesso ao questionário ocorre tanto pelo *link* encaminhado quanto por meio do *login* nos sistemas informatizados da UFSC.

As avaliações de curso são realizadas a cada final de semestre e os coordenadores de curso e os chefes de departamento têm acesso, pelo sistema *Collecta*, ao resultado das avaliações sobre os docentes e as disciplinas por eles ministradas, já os professores acessam somente os resultados da disciplina que eles ministram. Vale destacar que o chefe de departamento tem acesso somente às disciplinas que seu departamento oferece aos cursos de graduação e os coordenadores de curso têm acesso a todas as disciplinas relacionadas ao curso que coordenam.

Os relatórios semestrais sobre todos os cursos, departamentos e centros de ensino também são postados na página da CPA na internet, porém trazem informações generalistas, sem especificar disciplinas e docentes.

3. METODOLOGIA

O artigo tem por finalidade estudar o processo de autoavaliação da UFSC, realizado pela CPA, dando enfoque à avaliação de cursos, e especificamente, verificar a percepção dos discentes sobre os resultados da avaliação do desempenho docente nas disciplinas por eles ministradas.

A partir da pesquisa bibliográfica, com base na literatura específica, as considerações conceituais foram então elaboradas pela pesquisadora. Especificamente, os aspectos destacados na fundamentação teórica possibilitaram a elaboração e aplicação de uma metodologia que permitisse atingir o objetivo deste artigo. A pesquisa bibliográfica foi feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *websites*. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

Conforme o objetivo do artigo, a pesquisa caracteriza-se por ser aplicada e descritiva. Segundo Marconi e Lakatos (1990) as pesquisas descritivas objetivam, primordialmente, descrever as características de determinada população. Segundo Triviños (1987), os estudos descritivos podem ser denominados de “estudos de casos”, que consiste em uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade. Assim, considera-se que este artigo se caracteriza como um Estudo de Caso, pois foi desenvolvido com base em um fenômeno particular: a avaliação docente, contemplada na autoavaliação institucional conduzido pela CPA, e se insere em uma organização específica: a UFSC.

Quanto aos meios utilizados, trata-se de um estudo quantitativo, pois analisa os resultados da **avaliação de curso na perspectiva dos discentes**, no que se refere à dimensão do desempenho docente. Além do estudo quantitativo foi realizada pesquisa documental.

Para isso foi utilizada a aplicação de questionários *online* enviados via fórum para todos os alunos regulares dos cursos de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos da UFSC.

Além da aplicação de questionários, foi feita uma análise comparativa das avaliações docentes feitas pela CPA e pelo Centro Acadêmico referentes às disciplinas ofertadas pelo Departamento de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos da UFSC e comum aos cursos de graduação de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos da UFSC. Utilizando para isso os relatórios do Centro Acadêmico-CALEQA e os Relatórios Individuais por curso disponibilizados pela CPA aos coordenadores de cursos e chefes de departamento.

Quanto à coleta e tratamento dos dados, utilizou-se a análise de dados primários resultantes da aplicação dos questionários com os alunos de graduação e dados secundários obtidos por meio da análise dos Relatórios de Autoavaliação Institucional da UFSC, elaborado pela CPA - Comissão Própria de Avaliação da UFSC, correspondente ao ano de 2017.

Optou-se pela aplicação de questionários online para garantir maior possibilidade de manejo dos dados, maior rapidez e número de respondentes (HAIR JR. *et al.*, 2005). Antes da aplicação efetiva, foi realizado um pré-teste com cinco alunos, e alguns ajustes foram feitos antes da aplicação com os demais alunos: a inclusão da nota explicativa de que o questionário se tratava da avaliação disponível no sistema acadêmico CAGR e também inclusão da opção CAGR como uma das opções de resposta para a pergunta referente a como o aluno fica sabendo da avaliação da CPA.

4. RESULTADOS

Os resultados deste trabalho são decorrentes da análise documental realizada utilizando Relatórios da CPA dos últimos dois anos (2017 e 2018) e com os alunos de graduação dos cursos de Engenharia Química e Engenharia de Alimento da UFSC, resultando em 77 respondentes, sendo 50 do curso de Engenharia Química (19,53% do total de alunos matriculados no curso) e 27 do curso de Engenharia de Alimentos (11,48% do total de alunos matriculados no curso). Foi objeto de análise deste trabalho também, o instrumento criado e aplicado pelo Centro acadêmico de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos da UFSC – CALEQA para avaliação docente pelo discente nos últimos dois anos (2017 e 2018).

4.1 RESULTADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL – RELATÓRIOS DA CPA

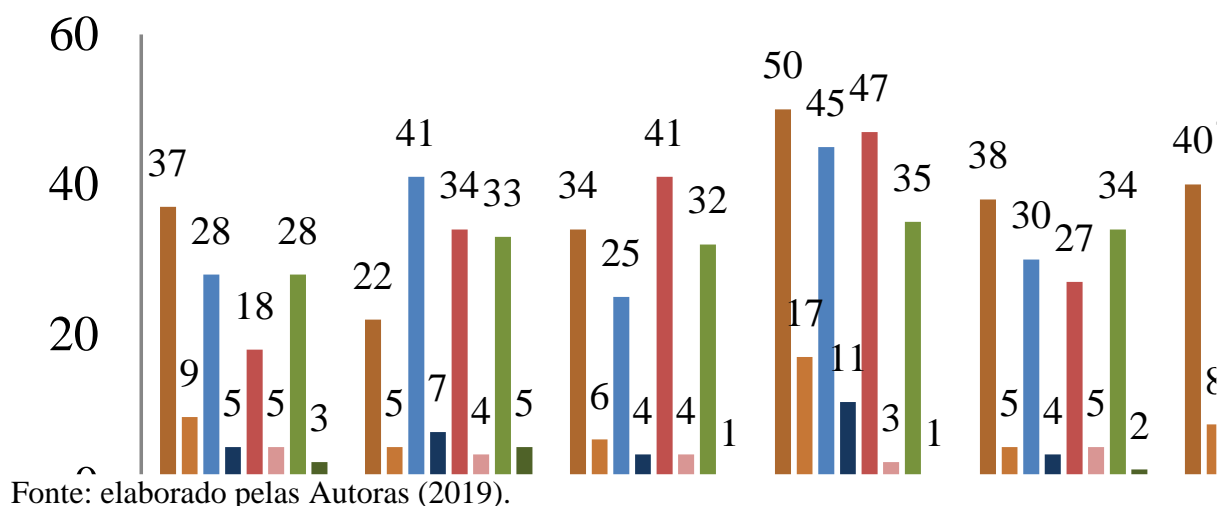
As avaliações da CPA são realizadas semestralmente e divulgadas para os alunos por meio de e-mail e também ficam disponíveis no sistema acadêmico - CAGR utilizado para consultas cadastrais e realização de matrículas pelos alunos.

O CAGR foi apontado por 67% dos entrevistados como principal meio pelo qual os alunos ficam sabendo sobre o processo avaliativo, 20,6% souberam do processo por e-mail e 15,9% pelo *website* da UFSC, os demais ficaram sabendo ao acessar o fórum de graduação, por meio de outros alunos ou pela divulgação feita pelo Centro Acadêmico.

Porém, ao acessar os resultados individuais das avaliações de cursos dos últimos dois anos, 2017 e 2018, dos cursos de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos, constatamos que a participação discente é baixa quando comparamos o número de alunos

matriculados por disciplina com o número de respondentes, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 1- Número de Matrículas x Número de Respostas da Avaliação da CPA por disciplina



A maior participação docente ocorreu em 2017.1 na disciplina EQA5318 onde 34% dos alunos matriculados fizeram a avaliação da disciplina e do docente. Vale ressaltar que neste caso, a avaliação apontava muitos pontos avaliados negativamente e muitas sugestões de melhoria, indicando que o fator insatisfação pode ter motivado a maior participação na avaliação desta disciplina e docente em específico.

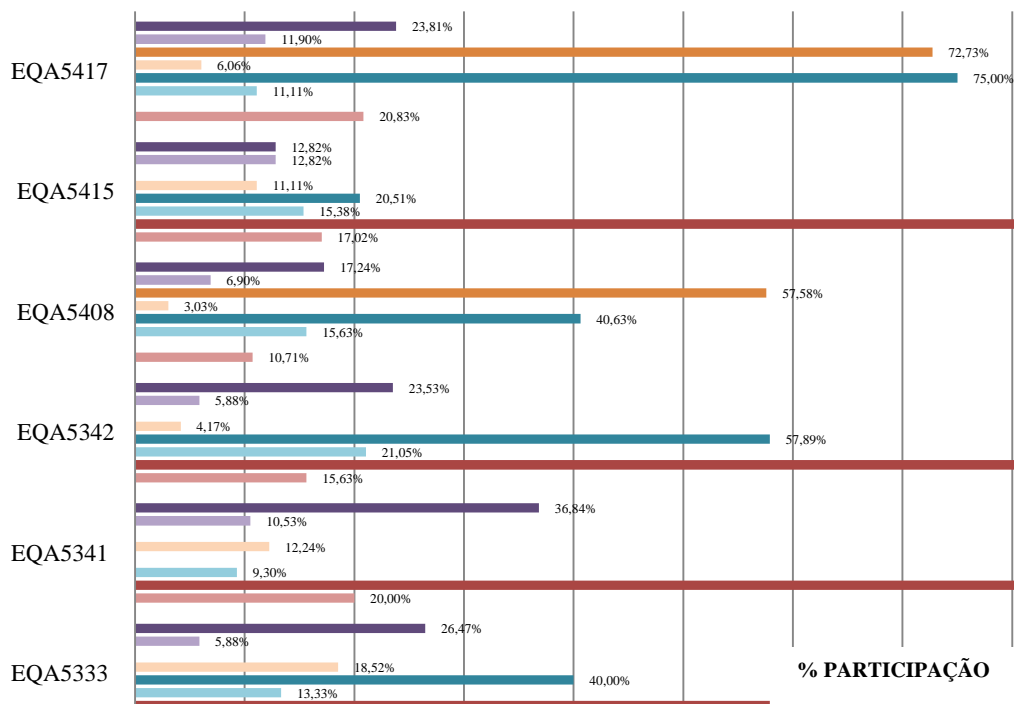
Durante o processo de análise foi constatado uma falha nos questionários, onde as disciplinas ministradas por mais de um professor apresentavam apenas a avaliação do professor responsável pela disciplina. Ou seja, nem todos os discentes tiveram a oportunidade de ser avaliados quando alocados em disciplinas com mais de um professor.

4.2 RESULTADOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL – RELATÓRIOS DO CENTRO ACADÊMICO

Paralelamente ao processo de avaliação desenvolvido pela CPA, o Centro Acadêmico dos cursos de graduação em Engenharia Química e Engenharia de Alimentos – CALEQA desenvolve semestralmente uma avaliação com os alunos abordando os mesmos tópicos abordados na avaliação feita pela UFSC, porém a participação discente é mais expressiva quando comparada com a participação nas avaliações feitas pela CPA.

Gráfico 2- Participação Discente na Avaliação realizada pela CPA x Participação Discente na Avaliação realizada pelo CALEQA

DISCIPLINAS



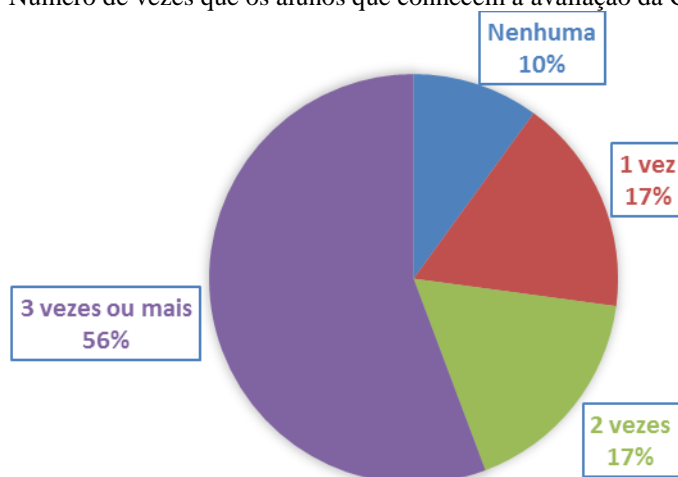
Fonte: elaborado pelas Autoras (2019).

A aplicação dos questionários nos semestres 2017.1, 2017.2, 2018.1 foi feita pelo próprio CALEQA, presencialmente em cada turma, utilizando formulários impressos. Porém, por se tratar de um processo que demandava muito tempo, nem todas as disciplinas eram avaliadas, o que justifica a ausência de avaliação de algumas disciplinas no gráfico 2. Em 2018.2 foi implementado o formulário online e, conforme demonstrado no gráfico 2, houve uma queda na participação discente. Porém, é importante destacar que mesmo com a queda na participação com a implementação do formulário online, a participação dos alunos no processo de avaliação feito pelo CALEQA foi igual ou superior à participação dos alunos na avaliação feita pela CPA.

4.3 RESULTADOS DA PESQUISA ACERCA DA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES SOBRE A AVALIAÇÃO DE CURSO

Ao serem questionados sobre o conhecimento acerca do processo de avaliação semestral, gerenciada pela Comissão Própria de Avaliação da UFSC, em que os alunos de graduação avaliam as disciplinas cursadas e a infraestrutura da UFSC, 90% dos alunos respondentes afirmaram conhecer o processo. É importante destacar que mesmo conhecendo 93,7% dos alunos responderam não saber o que é feito com o resultado da avaliação. A maioria dos alunos já participou do processo realizado pela CPA:

Gráfico 3- Número de vezes que os alunos que conhecem a avaliação da CPA já participaram do processo.



Fonte: elaborado pelas Autoras (2019).

Apesar de afirmarem conhecer o processo, 10% afirmaram nunca terem participado da avaliação. Ao serem questionados, estes alunos afirmaram que nunca participaram, pois: são calouros (4); não tiveram tempo (1); e dois outros alunos afirmaram não ter respondido, pois desacreditam no impacto dos resultados da avaliação no desempenho do professor: “Parece ser muito trabalho de graça” e “Preguiça, mas também porque não adianta reclamar acerca de professores efetivos, pois eles não mudam suas metodologias”.

Dentre os 9,1% dos alunos que afirmaram não conhecer o processo de avaliação feito pela CPA, 42,9 % afirmaram que gostariam de saber mais e participariam da avaliação semestral feita pela CPA, 49,9% afirmaram que talvez quisessem saber mais e participar do processo e 14,3% não querem saber mais e nem participar do processo de avaliação feito pela CPA elencando como motivos: a falta de tempo e a descrença de que algo seria melhorado com o *feedback* dado: “mesmo que me digam que é super importante, simplesmente não tenho fé” respondeu um dos alunos, o que demonstra descrédito na aplicação do resultado na gestão acadêmica.

Quanto à forma do instrumento (questionário) aplicado pela CPA, 3,2% dos alunos consideram muito bom, 79,4% consideram bom e 17,5% consideram ruim. Dentre os alunos que consideram o instrumento ruim, alguns sugeriram mudanças como, por exemplo, torná-lo mais ágil, pois o atual processo demanda muito tempo para realização.

Ao final do questionário foi disponibilizado um espaço para que os alunos acrescentassem alguma opinião sobre o processo avaliativo e a dúvida sobre o processo ficou evidente: “Poucas mudanças por parte dos professores avaliados. Fica a dúvida se de fato essas informações cheguem até eles”, “Apesar de saber um pouco sobre o que é feito com o resultado da avaliação, gostaria de entender este processo e como ele influencia em uma real mudança no curso/universidade”, “Gostaria de ver algum retorno. Mesmo turmas inteiras participando e apontando defeitos críticos, semestre após semestre, não vemos as melhorias acontecendo. Isso frustra para continuar se envolvendo nestes questionários”.

5. CONCLUSÃO

Apesar da maioria dos alunos afirmarem conhecer o processo de avaliação docente

realizado pela CPA – UFSC, a participação discente ainda é muito baixa fazendo com que o resultado do processo seja comprometido.

Um dos fatores para esta baixa participação parece estar relacionado com a falta de entendimento do processo. Isso pode ser evidenciado quando comparamos os resultados obtidos pela avaliação feita pela CPA e pelos alunos. O CALEQA apresenta os resultados para os coordenadores de curso e como entidade estudantil atua junto aos departamentos e cursos para buscar solucionar problemas apontados nas avaliações. Por outro lado, os alunos não sabem o que é feito com os resultados da avaliação aplicada pela CPA.

Os docentes também têm acesso e *feedback* da avaliação implementada pelo CALEQA de modo mais pessoal e próximo. Cada professor recebe seu relatório após a avaliação e cabe a ele tomar as medidas para corrigir eventuais problemas, diferente do processo de avaliação da CPA onde é o professor quem deve procurar os dados referentes à sua avaliação. Segundo Ribeiro, (2011) a avaliação feita pelo discente das práticas docentes pode coexistir de maneira formal e informal, e o professor muitas vezes utiliza as avaliações feitas pelo discente de forma instintiva.

A preocupação em relação à importância da autoavaliação institucional está baseada nos objetivos de qualquer processo avaliativo. Como mencionado por Sobrinho (1997) uma avaliação deve não só gerar juízos de valor, mas também anunciar possibilidades de transformações.

Embora as avaliações do docente realizadas pelos discentes não impactem diretamente nas práticas docentes, é preciso reconhecer que é necessária definição de políticas mais expressivas que levem em consideração mais fortemente o resultado das avaliações institucionais internas, principalmente no que diz respeito ao ensino.

REFERÊNCIAS

BOCLIN, R. **Avaliação de docentes do ensino superior: um estudo de caso**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, p. 959-980, out./dez. 2004.

BRASIL; BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, n. 72, 2004.

_____; Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). **Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior**. Brasília: INEP, 2004. 48 p. (formato .pdf)

CONAES. Ministério da Educação. **Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições**. Brasília, DF: MEC/CONAES/SESU/INEP. 2004.

EMBIRUÇU, Marcelo; FONTES, Cristiano; ALMEIDA, Luiz. Um indicador para a avaliação do desempenho docente em instituições de ensino superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 18, n. 69, p. 795-820, 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

HAIR, Joseph et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Bookman Companhia Ed, 2005.

INEP. **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065**. Roteiro para Relatório de Autoavaliação. 2014a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n65_roteiro_relatorio_de_autoavaliacao_institucional.pdf> Acesso em: 16 jul. 2019.

_____. **Sinaes**: O que é o Sinaes, c2019. Página inicial. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinaes/>>. Acesso em: 18 de jun. de 2019.

_____. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância. 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf>. Acesso em: 18 de jun. de 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MORAIS, Natércia; ALMEIDA, Leandro S.; MONTENEGRO, M. Irene. **Percepções do ensino pelos alunos: uma proposta de instrumento para o ensino superior**. Análise Psicológica, v. 24, n. 1, p. 73-86, 2006.

PAIXÃO, Roberto Brasileiro; DE ALMEIDA, Bonifacio Chaves. Avaliação docente pelo discente: análise das percepções de utilização ideal e efetiva. **Meta: Avaliação**, v. 8, n. 22, p. 48-68, 2016.

PINTO, J., Oliveira, E. **Métodos de Avaliação do Desempenho dos Docentes Universitários**. Revista Ensino Superior, 14. 2005. Disponível em: <http://www.snesup.pt/htmls/EEZyulpyyyzMMnYSpK.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2019.

RIBEIRO, E. A. G. **Avaliação formativa em foco: concepção e características no discurso discente**. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

SILVEIRA, Joice Trindade; ROCHA, João Batista Teixeira da. **Avaliação do ensino por alunos**. Revista iberoamericana de evaluación educativa, 2016.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação da educação superior regulação e emancipação. **Avaliação-Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 8, n. 2, 2003.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação institucional: integração e ação integradora. **Avaliação-Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 2, n. 2, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto, Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Plano de Avaliação Institucional**. Florianópolis, 2018.

VENTURINI, Jonas Cardona et al. **Percepção da avaliação: um retrato da gestão pública em uma instituição de ensino superior (IES)**. Revista de Administração Pública, v. 44, n. 1, p. 31-53, 2010.